

Insegurança alimentar, gênero e raça/cor: um estudo no semiárido nordestino

Food insecurity, gender and race/color: a study in the semi-arid northeast

Inseguridad alimentaria, género y raza/color: un estudio en el noreste semiárido

Thaís da Conceição Pereira <https://orcid.org/0000-0002-1022-7466>¹; Elisiandre Martins de Lima <https://orcid.org/0000-0003-4392-6957>¹; Rafaela Lira Formiga Cavalcanti de Lima <https://orcid.org/0000-0003-1272-0067>¹; Rosana Salles-Costa <https://orcid.org/0000-0002-2307-4083>²; Poliana de Araújo Palmeira <https://orcid.org/0000-0002-3503-3414>¹

Resumo O objetivo foi analisar a associação entre a insegurança alimentar (IA) e as características de gênero e raça/cor das pessoas de referência dos domicílios de um município do semiárido nordestino. Foi realizado um estudo transversal, com amostra probabilística e entrevistas em 737 domicílios em 2022-2023. Para mensurar a IA foi utilizada a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar e foram criados perfis de gênero e raça/cor autodeclarados (homem branco, mulher branca, homem negro, mulher negra). Foram estimados modelos de regressão logística multinomial multivariada para analisar a associação entre os perfis e níveis de IA. Foi observada alta prevalência de IA (41,6%), especialmente em domicílios cuja pessoa de referência era mulher. Domicílios chefiados por mulheres negras e brancas apresentaram maior chance de estar em IA moderada/grave, quando comparadas com homens brancos. Os achados sugerem que o gênero e a raça/cor da pele devem estar inseridos na formulação e implementação de políticas públicas relacionadas à IA de forma interseccional e intersetorial, especialmente em populações que apresentam maiores vulnerabilidades sociais e climática, como a região do semiárido nordestino.

Palavras-chave Insegurança alimentar, Estudos de gênero, Raça, Iniquidade social

Abstract This study aimed to analyze the association between food insecurity (FI) and the gender and race/color characteristics of the reference people in households in a municipality in the semiarid northeastern region. A cross-sectional study was conducted, with a probabilistic sample and household interviews, with 737 households in 2022-2023. The Brazilian Food Insecurity Scale was used to measure FI, and self-declared gender and race/color profiles were created (White man, White woman, Black man, Black woman). Multivariate multinomial logistic regression models were estimated to analyze the association between AI profiles and levels. A high prevalence of FI (41.6%) was observed, especially in households where the reference person was a woman. Households headed by black women and white women were more likely to be in Moderate/severe FI when compared to white men. The findings suggest that gender and race/skin color should be included in formulating and implementing public policies related to AI in an intersectional and intersectoral manner, especially in populations that present more significant social and climatic vulnerabilities, such as the northeastern semiarid region.

Key words Food insecurity, Gender studies, Race, Social inequity

Resumen El objetivo de este estudio fue analizar la asociación entre la inseguridad alimentaria (IA) y las características de género y raza/color de las personas de referencia en los hogares de un municipio de la región semiárida del Nordeste. Se realizó un estudio transversal, con muestreo probabilístico y entrevistas a hogares, con 737 hogares en 2022-2023. Para medir la IA se utilizó la Escala Brasileña de Inseguridad Alimentaria y se crearon perfiles autodeclarados de género y raza/color (hombre blanco, mujer blanca, hombre negro, mujer negra). Se estimaron modelos de regresión logística multinomial multivariante para analizar la asociación entre perfiles y niveles de IA. Se observó una alta prevalencia de IA (41,6%), especialmente en los hogares donde la persona de referencia era una mujer. Los hogares encabezados por mujeres negras y mujeres blancas tenían más probabilidades de estar en situación de infertilidad moderada o grave, en comparación con los hombres blancos. Los hallazgos sugieren que el género y la raza/color de piel deben incluirse en la formulación e implementación de políticas públicas relacionadas con la IA de manera interseccional e intersectorial, especialmente en poblaciones que presentan mayores vulnerabilidades sociales y climáticas, como la región semiárida del Nordeste.

Palabras clave Inseguridad alimentaria, Estudios de género, Raza, Desigualdad social

¹ Programa de Pós-Graduação em Ciências da Nutrição, Universidade Federal da Paraíba. Campus I – Jd. Cidade Universitária. 58051-900 João Pessoa PB Brasil. thaispereira1914@gmail.com

² Instituto de Nutrição Josué de Castro, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro RJ Brasil.

Introdução

No Brasil, segundo os dados do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia (VIGISAN), as desigualdades de gênero conhecidas como condições sociais que impactam no acesso aos alimentos foram, mais uma vez, confirmadas, ao observar que a experiência de segurança alimentar (SA) em 47,9% dos domicílios chefiados por homens, e em apenas 37% naqueles em que a mulher era a pessoa de referência. Ou seja, mais de 6 em cada 10 (63,0%) domicílios com chefes mulheres estavam em algum nível de IA. Desses, 18,8% em situação de fome¹.

A insegurança alimentar (IA) expressa a incerteza ou privação no acesso aos alimentos suficientes e de qualidade em uma população². As disparidades de gênero no acesso aos alimentos são resultantes, entre outros fatores socioeconômicos e políticos, da construção social dos papéis de gênero, que atribui às mulheres a responsabilidade pelas atividades domésticas, os cuidados com a saúde das crianças e de outros membros no ambiente familiar, tornando esses lares mais vulneráveis à IA³.

Sendo o Brasil um dos países mais desiguais em termos de gênero do mundo⁴, as mulheres enfrentam diversos desafios relacionados ao acesso aos alimentos⁵, pois, além da carga de trabalho dupla ou até tripla devido às suas atividades de cuidado e doméstico, recebem salários mais baixos do que os homens exercendo a mesma função de trabalho⁶. Além disso, as mulheres solteiras com filhos, em razão da necessidade de adentrar o mercado de trabalho, submetem-se a subocupações e, por conseguinte, baixos salários⁷. Essa desigualdade salarial é particularmente evidente entre as mulheres negras, que também enfrentam discriminação sexual e racial, agravada no mercado de trabalho, por isso têm maior probabilidade de receber salários de nível de pobreza do que as mulheres brancas⁸.

Assim, as desigualdades relacionadas à raça/cor da pele para IA moderada/grave aumentam ainda mais as disparidades relacionadas ao gênero⁹. Dessa forma, a relação entre gênero e raça/cor da pele é uma dimensão que aumenta a vulnerabilidade da mulher negra à IA⁵. No Brasil, o II Suplemento do VIGISAN, sobre IA, raça/cor da pele e gênero da Rede PENSSAN, publicado em 2023, apresentou maior vulnerabilidade à IA nos lares chefiados por mulheres negras, apontando as condições sociais como aspectos determinantes no acesso à alimentação, com destaque para as desigualdades e ini-

quidades que persistem na sociedade brasileira¹⁰.

Nessa direção, sendo o Brasil um país de proporções continentais, também são observadas disparidades nas prevalências de IA de acordo com as macrorregiões. A região Nordeste sustenta, historicamente, altas prevalências de IA¹¹, em especial nas áreas rurais¹² e remotas da região semiárida¹³, cujo território é marcado por profundas desigualdades sociais que persistem em um contexto climático adverso com secas cíclicas e extremas¹⁴. O semiárido brasileiro é um dos mais povoados do mundo¹⁵, com cerca de 28 milhões de habitantes distribuídos em 1.262 municípios localizados em sua maioria no interior do Nordeste brasileiro, apesar disso são poucos os estudos sobre IA na região¹⁶.

Figueiredo *et al.* (2021) revelaram uma elevada prevalência de IA (74,6%) no semiárido pernambucano em 2015, durante um período de seca extrema na região¹⁷. Já Santos *et al.* (2024) apontaram alta persistência da IA, especialmente entre famílias rurais e com baixa renda, em uma coorte de famílias acompanhadas entre 2011 e 2019¹⁸.

Porém, há uma lacuna de estudos que analisem a exposição de mulheres, pretas e pardas, à IA nesse território, sendo necessárias pesquisas que revelem e discutam disparidades de gênero e raça/cor da pele em contextos rurais, de alta prevalência de IA e vulnerabilidade climática, visando subsidiar a construção de políticas públicas para redução de iniquidades sociais considerando a diversidade de territórios brasileiros. Assim, o objetivo deste estudo é analisar a associação entre a IA e as características de gênero e raça/cor das pessoas de referência dos domicílios em um município do semiárido nordestino.

Métodos

Tipo de estudo, população e amostra

Trata-se de um estudo transversal de base populacional, recorte de uma pesquisa de coorte intitulada “Insegurança alimentar, saúde, nutrição e programas governamentais: estudo de coorte em um município do semiárido nordestino, 2022-2024”, com as famílias residentes nas regiões urbana e rural do município de Cuité-PB. Esse município está localizado a 235 km da capital do estado da Paraíba, ocupa extenso território em uma área de aproximadamente 740 Km² e tem população estimada de 19.719 habitantes¹⁹.

Para o cálculo da amostra foi utilizado o módulo da plataforma OpenEPI, sendo as famílias a unidade primária de amostragem do estudo. Foi calculada uma amostra aleatória estratificada por região urbana e rural, com partilha proporcional. No cálculo amostral, foram divididos dois estratos populacionais: urbano e rural. Considerou-se uma prevalência esperada de 10% de IA, intervalo de 95% de confiança (IC95%), totalizando uma amostra de 725 famílias, 467 (64,4%) na zona urbana e 258 (35,6%) na zona rural do município.

Coleta de dados

A coleta de dados foi feita em entrevistas face a face no domicílio das famílias. Com o objetivo de garantir a aleatoriedade da amostra, os 725 domicílios foram distribuídos de forma proporcional pelo número de unidades primárias de amostragem (UPA) – subdivisão do território realizado pelo IBGE para realização do Censo Populacional –, de modo que a coleta foi realizada considerando todas as UPAs da extensão territorial do município.

Para a dinâmica de campo na zona urbana, foi feito um sorteio do ponto de entrada nas UPAs com orientação do caminho e da distribuição do número de domicílios por quarteirão, com um intervalo de três casas entre os domicílios entrevistados. Na zona rural foi realizada a busca por povoados e regiões mais aglomeradas nas comunidades das UPAs.

Foi utilizado um questionário de pesquisa semiestruturado, cujo respondente foi o indivíduo responsável pela família ou um indivíduo adulto no domicílio. As entrevistas foram conduzidas por entrevistadores previamente treinados, utilizando *smartphones* e aplicativo de coleta de dados (KoboCollect). Ao todo foram pesquisados 737 domicílios, que compõem a amostra deste estudo.

Variáveis do estudo

A variável desfecho de IA foi mensurada por meio da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), instrumento psicométrico amplamente utilizado em inquéritos populacionais e relevante para classificar a situação dos domicílios em segurança alimentar ou níveis de insegurança alimentar (leve, moderada ou grave)^{20,21}. A escala, na sua versão completa, contém 14 itens, todavia, foi empregada no estudo a versão 8-itens, validada para domicílios apenas com adultos²².

Para este estudo, foram criados perfis de gênero com a raça/cor, segundo informações a partir do sexo (homem e mulher) e raça/cor (branca, parda e preta) autorreferidos, formando quatro grupos: homem branco, mulher branca, homem negro, mulher negra. A população negra foi composta pela junção das categorias pretos e pardos²³.

As variáveis socioeconômicas e demográficas estudadas foram: idade (≤ 59 anos ou ≥ 60 anos); estado civil (solteiro(a) ou casado(a)); ocupação da pessoa de referência do domicílio (trabalho formal ou informal/aposentado/pensionista ou dona de casa/procura trabalho/desempregado/estudante); escolaridade da pessoa de referência do domicílio (> 8 anos, 1-7 anos ou não estudo); número de moradores do domicílio (até 3 moradores ou ≥ 4 moradores); presença de criança/adolescente; renda familiar *per capita* em salário mínimo ($\geq \frac{1}{2}$ salário mínimo; $\leq \frac{1}{2}$ e $\geq \frac{1}{4}$ de salário mínimo ou $\leq \frac{1}{4}$ de salário mínimo); acesso ao Programa Bolsa Família (PBF) e ao Benefício de Prestação Continuada (BPC); área de moradia (urbana ou rural) e situação do domicílio (próprio pago/pagando ou alugado/cedido).

Análise de dados

Foi realizada a análise descritiva da caracterização da pessoa de referência segundo os perfis de gênero e raça/cor e das condições socioeconômicas e demográficas. Em seguida, foi aplicado o teste qui-quadrado de Pearson para investigar a associação entre as variáveis preditoras investigadas e os níveis de IA. Foram incluídas no modelo aquelas que apresentaram p-valor menor do que 0,20, sendo excluída do modelo final a variável de acesso ao BPC. Adicionalmente, foi analisada a associação bivariada entre os perfis de gênero e raça/cor da pele e as variáveis preditoras, sendo incluída a variável estado civil no ajuste final do modelo, por estar associada com os perfis estudados (Tabela Suplementar 1, disponível em: <https://doi.org/10.48331/scielodata.IVZBSM>).

Para investigar a associação do perfil de raça/cor e as variáveis socioeconômicas com a IA leve e moderada/grave, foi aplicado o modelo de regressão logística multinomial com estimativas de *odds ratio* (OR) e intervalo de 95% de confiança (IC95%). As variáveis de ajuste no modelo de regressão foram: idade, estado civil, escolaridade, ocupação, moradores, criança/adolescente no domicílio, renda *per capita* familiar, acesso ao PBF, área de moradia e tipo

de domicílio. Foi considerada como categoria de referência o homem branco. Os modelos foram testados para colinearidade. Para significância estatística foi considerado p -valor $< 0,05$. A análise de dados foi realizada utilizando-se o programa estatístico STATA (Stata Statistical Software), versão 15.0 (Licença: 301506302485).

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Educação e Saúde da Universidade Federal de Campina Grande, campus Cuité, sob o parecer nº 5.657.734. A participação no estudo foi voluntária, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Os conjuntos de dados produzidos pela pesquisa foram depositados em um repositório sob o título “Dados de replicação para: Insegurança alimentar, gênero e raça/cor: um estudo no semiárido nordestino”²⁴.

Resultados

Entre as pessoas de referência das famílias estudadas, 48,1% se autodeclararam mulheres negras (pardas e pretas); 25,2%, mulheres brancas; 18,3%, homens negros (pardos e pretos); 8,3%, homens brancos. Observaram-se as maiores prevalências nos domicílios chefiados por pessoas ≤ 59 anos, estado civil casada(o), mais de oito anos de estudo, que relataram ter ocupação ou eram aposentados(a)/pensionistas, com até três moradores, sem a presença de criança/adolescente, renda $\geq 1/2$ SM, sem acesso ao PBF e ao BPC, que residiam na zona urbana e em domicílios próprios. Observou-se ainda que quase metade dos domicílios (41,6%) se encontrava em IA, sendo 13,8% e 6,8% em IA moderada e grave, respectivamente (Tabela 1).

A Figura 1 apresenta a situação de SA e os níveis de IA conforme perfil de gênero e raça/cor da pessoa de referência. Visualizou-se que 77% das famílias cujo homem branco era a pessoa de referência estavam em SA, enquanto essa situação foi observada em 53,5% das famílias em que a mulher negra era a pessoa de referência. A IA leve foi maior nas famílias em que a mulher negra era a pessoa de referência (22,8%). As prevalências de IA moderada foram, ainda, maiores nos domicílios chefiados por pessoas negras, enquanto as maiores prevalências de IA grave foram observadas nos domicílios chefiados por mulheres brancas e negras.

A Tabela 2 mostra maiores prevalências de IA nas famílias cuja pessoa de referência tinha < 60 anos de idade, escolaridade entre 1-7 anos,

Tabela 1. Distribuição das características socioeconômicas e demográficas das pessoas de referência dos domicílios do município de Cuité (PB), Brasil, 2023 ($n = 737$).

Características	% (n)
Perfil de gênero e raça/cor	
Homem branco	8,3 (61)
Mulher branca	25,2 (186)
Homem negro	18,3 (135)
Mulher negra	48,1 (355)
Idade (anos)	
≤ 59 anos	67,7 (499)
≥ 60 anos	32,3 (238)
Estado civil	
Solteiro(a)	37,1 (274)
Casado(a)	62,8 (463)
Escolaridade (anos de estudo) **	
> 8 anos	43,9 (323)
1-7 anos	42,4 (312)
Não estudou	13,6 (100)
Ocupação	
Trabalha/aposentado(a)/pensionista	66,8 (492)
Dona de casa/ desempregado(a)/ estudante	33,2 (245)
Número de moradores	
Até 3 moradores	67,4 (497)
4 ou mais moradores	32,6 (240)
Criança/adolescente no domicílio	
Sim	42,1 (310)
Não	57,9 (427)
Renda familiar mensal per capita ***	
$\geq 1/2$ SM (R\$ 606)	44,0 (317)
$< 1/2$ SM e $\geq 1/4$ SM	29,1 (209)
$< 1/4$ SM (Até R\$ 303)	26,9 (194)
Acesso ao Bolsa Família*	
Sim	46,9 (345)
Não	53,1 (391)
Acesso ao BPC*	
Sim	6,5 (48)
Não	93,5 (688)
Área de moradia	
Urbana	63,2 (466)
Rural	36,8 (271)
Tipo de domicílio	
Próprio, já pago	78,8 (581)
Alugado/próprio, ainda pagando	12,7 (97)
Cedido/emprestado	8,4 (62)
Situação de segurança/insegurança alimentar	
Segurança	58,4 (431)
Insegurança leve	20,9 (154)
Insegurança moderada	13,8 (102)
Insegurança grave	6,8 (50)

* 1 caso perdido; ** 2 casos perdidos; *** 17 casos perdidos; *** Salário-mínimo referente ao ano de 2022 (R\$1212,00); SM: salário-mínimo, BPC: Benefício de Prestação Continuada.

Fonte: Autores.

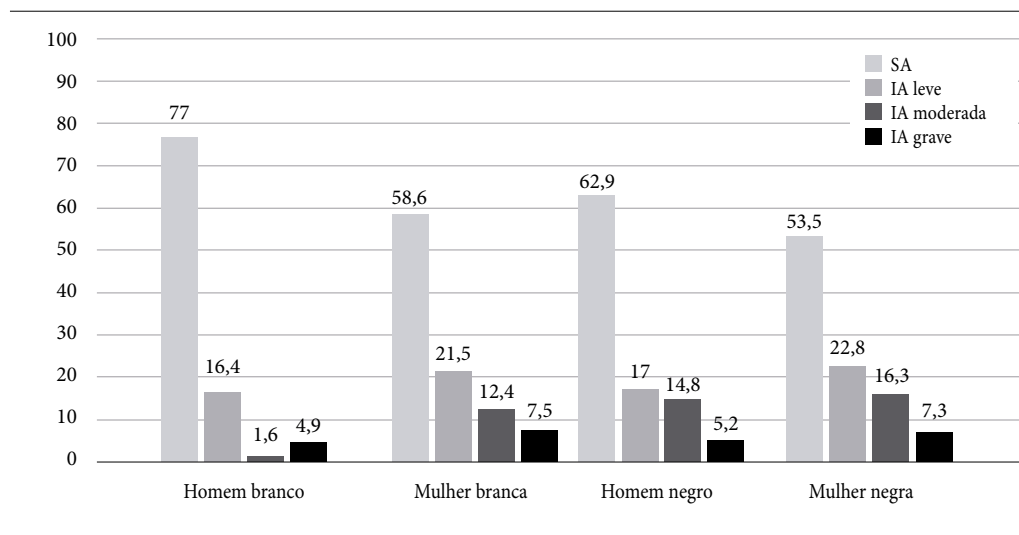


Figura 1. Prevalência de segurança alimentar e níveis de insegurança alimentar segundo características de gênero e raça/cor das pessoas de referência dos domicílios. Cuité (PB), Brasil, 2023.

Teste qui-quadrado de Pearson $p = 0,042$.

Fonte: Autores.

sem ocupação com trabalho, mais de três moradores no domicílio, presença de criança/adolescente no domicílio, renda *per capita* mensal $\leq 1/4$ SM, acesso ao PBF, residia em zona rural e morava em domicílio cedido/emprestado.

Verificou-se maior chance de estar em IA moderada/grave nos domicílios cuja mulher negra era a pessoa de referência. A chance de estar em IA moderada/grave é 5,1 (IC95%: 1,8; 14,8), 4,8 (IC95%: 1,4; 16,0) e 4,0 (IC95%: 1,2; 13,7) vezes maior entre as mulheres negras e brancas e os homens negros, respectivamente, quando comparado com homens brancos. Não foi observada associação com IA leve.

Outros fatores socioeconômicos foram associados à IA. A baixa escolaridade (não estudar: OR = 2,02; IC95%: 1,0; 4,0), domicílios com quatro ou mais moradores (OR = 1,66; IC95%: 1,0; 4,0), renda *per capita* familiar $\leq 1/4$ SM (OR = 2,0; IC95%: 1,1; 3,8), acessar o benefício do PBF (OR = 1,9; IC95%: 1,1; 3,3) e morar em domicílio alugado/próprio ainda pagando (OR = 2,0; IC95%: 1,1; 3,7) se associaram significativamente com os níveis de IA leve. A renda mensal *per capita* $\leq 1/4$ SM (OR = 5,4; IC95%: 2,6; 11,0) e a baixa escolaridade (não estudou: OR = 6,6; IC95%: 3,3; 13,2), também se associaram com o desfecho de IA moderada/grave (Tabela 3).

Discussão

Os resultados deste estudo mostraram alta prevalência e gravidade de IA em uma amostra de famílias que residem em uma região brasileira marcada pela vulnerabilidade climática e social. A IA no contexto do cenário brasileiro nas regiões Norte e Nordeste são ainda mais preocupantes devido à alta vulnerabilidade social, com as iniquidades sociais presentes, atingindo os maiores índices de IA (57% e 50,3%, respectivamente), inclusive de IA grave, cuja proporção foi de 10,2% na região Norte e 7,1% na região Nordeste²⁵. Neste estudo, o percentual de IA grave (6,8%) foi semelhante ao da região Nordeste do país.

Os achados também apontaram que os domicílios chefiados por mulheres e pessoas negras apresentaram a situação de maior vulnerabilidade à IA moderada/grave, evidenciando a desigualdade de gênero e raça/cor no acesso à alimentação, condição que também foi observada em outros estudos realizados com a população brasileira^{1,25} e na cidade de Salvador⁸. Pesquisas feitas em outros países também vêm inserindo as disparidades sociais que a população negra e as mulheres vivenciam e seu impacto na SA²⁶⁻²⁹.

Santos *et al.*²⁵ mostraram que a IA moderada/grave esteve mais associada aos domicí-

Tabela 2. Descrição das características socioeconômicas demográficas das pessoas de referência dos domicílios, segundo a situação de segurança e insegurança alimentar. Cuité (PB), Brasil, 2023 (n = 737).

Características	SA (%)	IA leve (%)	IA moderada (%)	IA grave (%)	p-valor*
Idade (anos)					p = 0,001
≤ 59 anos	61,9	75,3	75,5	78,0	
≥ 60 anos	38,0	24,7	24,5	22,0	
Estado civil					p = 0,501
Solteiro(a)	37,5	32,5	41,1	40,0	
Casado(a)	62,4	67,5	58,8	60,0	
Escolaridade (anos de estudo) **					p < 0,001
> 8 anos	50,9	42,5	25,5	26,0	
1-7 anos	37,7	45,1	55,9	48,0	
Não estudou	11,9	12,4	18,6	26,0	
Ocupação					p < 0,001
Trabalha/aposentado(a)/pensionista	72,8	60,4	58,8	50,0	
Dona de casa/ desempregado(a)/estudante	27,1	39,6	41,2	50,0	
Número de moradores					p = 0,001
Até 3 moradores	73	57,8	62,7	58,0	
4 ou mais moradores	26,9	42,2	37,2	42,0	
Criança/adolescente no domicílio					p = 0,011
Sim	37,1	46,7	51,9	50,0	
Não	62,9	53,2	48	50,0	
Renda familiar mensal per capita ***					p < 0,001
≥ 1/2 SM (R\$ 606)	56	35,5	20,6	18,0	
< 1/2 SM e ≥ 1/4 SM	26,7	27,6	41,2	28,0	
< 1/4 SM (Até R\$ 303)	17,3	36,8	38,2	54,0	
Acesso ao Bolsa Família*					p < 0,001
Sim	35,6	61	62,7	68,0	
Não	64,4	38,9	37,2	32,0	
Acesso ao BPC*					p = 0,769
Sim	5,6	6,5	9,8	8,0	
Não	94,4	93,5	90,2	92,0	
Área de moradia					p < 0,001
Urbana	68,7	61	54,9	40,0	
Rural	31,3	38,9	45,1	60,0	
Tipo de domicílio					p = 0,001
Próprio, já pago	83,5	71,4	75,5	68,0	
Alugado/próprio, ainda pagando	11,4	16,2	9,8	20,0	
Cedido/emprestado	5,1	12,3	14,7	12,0	

*Teste qui-quadrado de Pearson. ** 2 casos perdidos; *** Salário-mínimo referente ao ano de 2022 (R\$ 1212,00); SA: segurança alimentar, IA: insegurança alimentar, SM: salário mínimo, BPC: Benefício de Prestação Continuada.

Fonte: Autores.

lios chefiados pelas mulheres negras em todas as macrorregiões do Brasil. No estudo de Silva *et al.*⁸, as mulheres negras apresentaram maior chance de IA leve (RP = 1,3; IC95%: 1,15; 1,68) e moderada/grave (RP = 1,9; IC95%: 1,49; 2,52) em relação aos domicílios chefiados por homens brancos, além de maior chance de IA moderada ou grave em todos os níveis de escolaridade e nas faixas de até 1/2 salário mínimo e > 1 salário mínimo.

A desigualdade racial quanto à situação de IA revelada também foi apontada no Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de COVID-19, que destacou que as dimensões de gênero e raça/cor compõem um perfil ainda mais vulnerável, com prevalências de IA mais elevadas nos domicílios chefiados por mulheres negras (pretas e pardas), enquanto a SA foi mais prevalente nos domicílios chefiados por homens brancos. Esses resul-

Tabela 3. Odds ratio (OR)¹ da insegurança alimentar segundo perfis de gênero e raça/cor da pele das pessoas de referência dos domicílios e características socioeconômicas. Cuité (PB), Brasil, 2023.

Características	Insegurança alimentar leve		Insegurança alimentar moderada/grave	
	OR bruta	OR ajustada	OR bruta	OR ajustada
	(IC95%)	(IC95%)	(IC95%)	(IC95%)
Perfil de gênero e raça/cor				
Mulher branca	1,7 (0,7; 3,7)	2,0 (0,8; 4,9)	3,9 (1,3; 11,8)	4,8 (1,4; 16,0)
Homem negro	1,2 (0,5; 2,8)	1,2 (0,5; 3,1)	3,7 (1,2; 11,3)	4,0 (1,2; 13,7)
Mulher negra	2,0 (0,9; 4,1)	1,9 (0,8; 4,5)	5,1 (1,8; 14,8)	5,1 (1,5; 16,2)
Idade (anos)				
≥ 60 anos	0,5 (0,3; 0,7)	0,6 (0,3; 1,2)	0,4 (0,3; 0,7)	0,6 (0,3; 1,1)
Estado civil				
Solteiro(a)	0,7 (0,5; 1,1)	0,8 (0,5; 1,3)	1,1 (0,7; 1,6)	1,3 (0,8; 2,0)
Escolaridade (anos de estudo)				
1-7 anos	1,4 (0,9; 2,1)	1,7 (1,1; 2,7)	2,8 (1,8; 4,3)	3,4 (2,0; 5,5)
Não estudou	1,3 (0,7; 2,3)	2,0 (1,0; 4,0)	3,7 (2,1; 6,6)	6,6 (3,3; 13,2)
Ocupação				
Dona de casa/desempregado(a)/estudante	1,7 (1,2; 2,6)	0,7 (0,4; 1,2)	2,1 (1,4; 3,2)	0,7 (0,4; 1,3)
Número de moradores				
4 ou mais moradores	1,9 (1,3; 2,93)	1,6 (1,0; 2,7)	1,6 (1,1; 2,5)	1,1 (0,7; 1,9)
Criança/adolescente no domicílio				
Sim	1,4 (1,0; 2,1)	0,6 (0,3; 1,0)	1,7 (1,1; 2,4)	0,8 (0,4; 1,3)
Renda <i>per capita</i> mensal				
< 1/2 SM e ≥ 1/4 SM	1,6 (1,0; 2,5)	1,1 (0,6; 1,9)	3,9 (2,7; 6,4)	3,3 (1,8; 5,9)
< 1/4 SM	3,3 (2,1; 5,3)	2,0 (1,1; 3,8)	7,3 (4,4; 12,1)	5,4 (2,6; 11,0)
Acesso ao Bolsa Família				
Sim	2,8 (1,9; 4,3)	1,9 (1,1; 3,3)	3,2 (2,2; 4,7)	1,5 (0,9; 2,66)
Área de moradia				
Rural	1,4 (0,9; 2,0)	1,1 (0,7; 1,8)	2,2 (1,5; 3,2)	1,3 (0,8; 2,1)
Tipo de domicílio				
Alugado/próprio, ainda pagando	1,7 (0,9; 2,8)	2,0 (1,1; 3,7)	1,3 (0,7; 2,3)	1,8 (0,9; 3,6)
Cedido/emprestado	2,8 (1,5; 5,4)	2,1 (1,1; 4,3)	3,1 (1,6; 5,8)	1,9 (0,9; 3,9)

¹ Regressão logística multinomial ajustada pelas variáveis expostas na tabela. Em negrito resultados com $p < 0,05$; IC95%: intervalo de 95% de confiança. SM: salário mínimo.

Fonte: Autores.

tados revelam as inequidades vivenciadas por mulheres negras e por homens negros expressas na baixa valorização do trabalho, no valor desigual do salário, no grau mais elevado de informalidade na ocupação e na instabilidade no acesso à renda¹.

Desse modo, as dificuldades enfrentadas nos domicílios cuja mulher negra é a pessoa de referência são complexas e ultrapassam o aspecto do acesso à alimentação adequada. Conforme Almeida³⁰, o racismo é um fenômeno sistemático e se manifesta no tratamento diferenciado à população negra, a partir da discriminação individual, institucional e estrutural que prejudica o percurso de vida de pessoas pretas, resultando

em menores chances de ascensão social, reconhecimento e sustento material.

Dados do IBGE apontam que, entre 2019 e 2022, a taxa de desemprego entre as mulheres negras foi de 13,9%, enquanto entre os homens brancos foi de apenas 6,1%, a menor taxa entre os perfis de raça e gênero. Da mesma forma, com relação ao rendimento médio mensal, a mulher negra recebeu 46,3% do rendimento recebido pelo homem branco. Para o homem negro, essa proporção foi de 58,8%³¹.

Outro aspecto é que a população negra, em razão da discriminação no mercado de trabalho, acessa empregos com salários mais baixos em relação aos brancos, mesmo com níveis iguais

de educação³². Isso se torna ainda mais evidente entre mulheres negras, que também enfrentam discriminação sexual e racial, portanto mais propensas a receber salários ainda mais baixos. A pobreza da população está associada à elevada prevalência de IA, que está relacionada à dificuldade de acessar alimentos seguros e nutritivos de forma adequada³³. Estudos trazem evidências de que os domicílios cuja mulher é a pessoa de referência são mais pobres e, consequentemente, apresentam maior prevalência de IA, principalmente em nível moderado ou grave, quando comparados aos domicílios chefiados por homens^{34,35}.

Além disso, as mulheres executam a maioria dos trabalhos domésticos não remunerados, reduzindo sua capacidade de trabalhar no setor remunerado³⁵. Assim, o que socialmente é considerado trabalho das mulheres é desvalorizado monetariamente, bem como as exclui do acesso a benefícios como seguro saúde, licença médica e planos de aposentadoria³⁶, reforçando as disparidades de renda entre homens e mulheres³⁷. A divisão sexual do trabalho não está desvinculada das relações de classe e de raça, pois as mulheres pretas da menor faixa salarial são as que mais se dedicam ao trabalho doméstico e do cuidado³⁸.

Essa dinâmica de divisão sexual do trabalho e de hierarquização de poder pode ser compreendida a partir do sistema patriarcal enraizado na sociedade brasileira, que historicamente impôs restrições sociais às mulheres e limitou suas atuações em espaços políticos, econômicos e culturais³⁹, confinando-as no ambiente doméstico enquanto os homens ocupam o mundo público⁴⁰. No Nordeste brasileiro, a sociedade foi fortemente estruturada sob esse sistema, com grande estratificação no entendimento social sobre os papéis dos sexos feminino e do masculino, com as mulheres restritas ao espaço privado e à constituição de uma família, ou seja, educadas para serem mães e executarem os trabalhos domésticos⁴¹, papéis de gênero ainda culturalmente presentes, em particular no contexto rural.

Destaca-se, ainda, que na região rural do semiárido brasileiro, no que diz respeito às vulnerabilidades (econômica e simbólica) das mulheres, a divisão do trabalho na agricultura familiar apresenta grande discriminação e desigualdades de gênero⁴².

Apesar de as suas atribuições envolverem tanto o trabalho doméstico quanto o produtivo, seu desempenho na produção familiar não é reconhecido socialmente como deveria, devido a fatores históricos e culturais^{43,44}. A participação

das mulheres na comercialização (negociação de compra e venda de produtos da agricultura) da produção pode impactar positivamente na sua renda, na sua sociabilidade, autoestima e no seu papel social, inclusive na família⁴⁵. Todavia, a comercialização tem sido responsabilidade dos homens, assim como decidir sobre o destino da renda da família⁴⁶.

A realidade feminina ressalta a importância da renda advinda do PBF, particularmente para os domicílios chefiados por mulheres da zona rural, dado o contexto restrito de acesso a outros recursos e oportunidades de diversificação dos aspectos relacionados à vida digna, viabilizados principalmente por meio do consumo e da minimização de vulnerabilidades⁴⁷. Desde a sua criação, o PBF repassa os benefícios monetários prioritariamente para as mulheres do domicílio⁴⁸, com o objetivo de promover a autonomia feminina no manejo do recurso monetário e nas decisões familiares⁴⁹.

Estudos apontam que a transferência de renda para a mulher ampliou a autonomia e a responsabilidade quanto ao uso do recurso, bem como o aprendizado de planejamento de gastos e ganhos de dignidade, refletindo-se também nas possibilidades de expressão e direito a voz na sociedade, abrindo caminho para o reconhecimento dos direitos de cidadania das mulheres^{48,50}, de forma que os programas governamentais de transferência de renda desempenham papel importante na proteção das mulheres que vivem abaixo da linha da pobreza.

Os programas de transferência de renda contribuem para a redução da IA no país⁵¹ e em territórios de alta prevalência da IA, como o semiárido⁵². Nossos resultados apontaram que o acesso ao PBF foi maior nos domicílios cuja mulher preta (56%) era a pessoa de referência, em relação aos outros perfis de gênero e raça/cor, ou seja, entre o grupo mais exposto à IA. Mariano e Carloto⁵³, por meio de entrevistas com mulheres titulares do PBF, identificaram que, no grupo de mulheres em situação de pobreza, as mulheres negras estavam mais vulneráveis social e economicamente, isto é, os resultados reforçam a focalização do programa entre as famílias mais vulneráveis à fome.

Considerando a natureza transversal deste estudo, não é possível discutir o impacto do PBF na IA das famílias que estavam acessando o programa. Porém, estudo longitudinal sobre acesso a programas governamentais e IA apontou que, para redução da IA em territórios complexos como o estudado, é fundamental fortalecer o acesso conjugado aos programas de transferên-

cia de renda e aos programas de educação, saúde, assistência social e desenvolvimento rural¹³.

A principal limitação deste estudo está na utilização da variável “sexo” (masculino/feminino) como indicadora do gênero feminino. Ou seja, para a coleta de dados não foi considerada a diversidade de identidades de gênero existentes a partir da divisão cisgênero e transgênero, impossibilitando o reconhecimento de minorias de gênero na amostra. Reforçamos a relevância de os estudos populacionais nacionais e locais incorporarem tal diversidade de gênero nos questionários de pesquisa. Apesar disso, foi possível apontar a vulnerabilidade das mulheres no contexto do semiárido brasileiro, assim como comparar os resultados deste estudo com outros inquéritos nacionais que também utilizando a variável sexo. Neste estudo, que analisou dados primários, foi utilizado o método de amostragem probabilística, com um relevante tamanho

amostral para uma população remota, o que constitui um ponto forte.

Conclusão

Os resultados deste estudo apontam a alta prevalência de IA no semiárido nordestino e a maior exposição de mulheres negras à fome, reforçando a necessidade de incluir a intersecção do gênero e raça/cor da pele para entender e enfrentar a IA à luz dos seus determinantes, que devem estar inseridos na formulação e implementação de políticas públicas, estratégias e ações relacionadas à IA de forma interseccional e intersetorial, favorecendo e garantindo a justiça social e o direito à alimentação adequada, principalmente em populações que apresentam maiores vulnerabilidades sociais e climática, como a região do semiárido nordestino.

Colaboradoras

TC Pereira participou da concepção, escrita, investigação, metodologia, utilização do software e análise formal. EM Lima atuou na investigação, metodologia e utilização do software. R Salles-Costa trabalhou na revisão e aprovou a versão final. RLFC Lima participou da revisão e aprovou a versão final. PA Palmeira participou da concepção do projeto, da análise formal, contribuiu na supervisão, revisão e edição do artigo.

Financiamento

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – nº 010/2021. Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba – nº 010/2021.

Referências

1. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN). *II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil. II VIGISAN: relatório final*. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert; Rede PENSSAN; 2022.
2. Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). Global strategic framework for food security and nutrition 2017 [Internet]. [cited 2022 maio 19]. Available from: https://www.csm4cfs.org/wp-content/uploads/2016/02/CFS_OEWG_GSF_2017_05_10_01_Updated_GSF_EN.pdf
3. Siliprandi EC. A Alimentação como um tema político das mulheres. In: Rocha C, Burlandy L, Magalhães R, organizadores. *Segurança alimentar e nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas*. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2013. p. 187-198.
4. World Economic Forum. Global Gender Gap Report 2023 [Internet]. 2023 [cited 2024 maio 30]. Available from: <https://www.weforum.org/reports/global-gender-gap-report-2023>
5. Fundação Oswaldo Cruz, Observatório Brasileiro de Hábitos Alimentares. Cadernos OBHA [recurso eletrônico] 2021; 1(3). [acessado 2023 out 13]. Disponível em: <http://cadernosobha.fiocruz.br/>
6. Christensen MA. Feminization of poverty: causes and implications [Internet]. 2019 [cited 2023 jun 11]. Available from: https://link.springer.com/rwe/10.1007/978-3-319-70060-1_6-1
7. Silveira EC, Marques SF. Chefia feminina: uma análise sobre a estrutura das famílias monoparentais femininas e a feminização da pobreza [Internet]. 2013 [acessado 2023 jun 11]. Disponível em: https://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/69-17238-08072013-162104.pdf
8. Silva SO, Santos SMC, Gama CM, Coutinho GR, Santos MEP, Silva NJ. A cor e o sexo da fome: análise da insegurança alimentar sob o olhar da interseccionalidade. *Cad Saude Publica* 2022; 38(7):e00255621.
9. Bailey SR, Loveman M, Muniz JO. Measures of “Race” and the analysis of racial inequality in Brazil. *Soc Sci Res* 2013; 42(1):106-119.
10. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. *Insegurança alimentar e desigualdades de raça/cor da pele e gênero: II VIGISAN: inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil: Suplemento II*. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert; 2023
11. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Segurança Alimentar*. Brasília: IBGE; 2023.
12. Palmeira PA, Bem-Lignani J, Salles-Costa R. Acesso aos benefícios e programas governamentais e insegurança alimentar nas áreas rurais e urbanas do Nordeste brasileiro. *Cien Saude Colet* 2022; 27(7):2583-2595.
13. Santos ABMV, Palmeira PA, Oliveira AGRC. Tempo de convivência com a insegurança alimentar e fatores sociodemográficos: análise longitudinal em uma cidade do semiárido do Nordeste brasileiro. *Nutr Saude Publica* 2024; 27(1):e108.
14. Marengo JA, Galdos MV, Challinor A, Cunha AP, Marin FR, Vianna MS, Alvala RCS, Alves LM, Moraes OL, Bender F. Drought in Northeast Brazil: a review of agricultural and policy adaptation options for food security. *Climate Resilience Sustainability* 2022; 1:e17.
15. Instituto Nacional do Semiárido (INSA). O Semiárido Brasileiro [Internet]. [acessado 2024 maio 29]. Disponível em: <https://www.gov.br/insa/pt-br/semiarido-brasileiro>
16. Leal TLMC, Alencar NRO, Montano RAM. Segurança alimentar e o semiárido brasileiro. *Saude Meio Ambiente* 2021; 10:78-90.
17. Figueiredo ATT, Tavares FCLP, Amorim TMAX, Oliveira JS, Leal VS, Lira PIC. Food security and co-existence with the semi-arid zone in areas affected by drought in the backlands of Pernambuco. *Rev Nutr* 2021; 34:e200299.
18. Santos L, Ferreira A, Pérez-Escamilla R, Sabino L, Oliveira LG, Salles-Costa R. Interseções de gênero e raça/cor em Insegurança Alimentar nos domicílios das diferentes regiões do Brasil. *Cad Saude Publica* 2022; 38(11):e00130422.
19. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). População no último censo: 2022 [Internet]. [acessado 2023 jun 11]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/cuite/panorama>
20. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), Segurança Alimentar: 2004*. Rio de Janeiro: IBGE; 2006.
21. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), Segurança Alimentar: 2013*. Rio de Janeiro: IBGE; 2014.
22. Interlenghi GS, Reichenheim ME, Segall-Corrêa AM, Pérez-Escamilla R, Moraes CL, Salles-Costa R. Suitability of the eight-item version of the Brazilian Household Food Insecurity Measurement Scale to identify risk groups: evidence from a nationwide representative sample. *Public Health Nutr* 2018; 22(5):776-784.
23. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE; 2020.
24. Pereira T, Lima E, Lima R, Salles-Costa R, Palmeira P. Dados de replicação para: Insegurança alimentar, gênero e raça/cor: um estudo no semiárido nordestino [Internet]. 2024 [acessado 2025 jun 15]. Disponível em: <http://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/inseguranca-alimentar-genero-e-racacor-um-estudo-no-semiarido-nordestino/19326>
25. Santos L, Ferreira A, Pérez-Escamilla R, Sabino L, Oliveira LG, Salles-Costa R. Interseções de gênero e raça/cor em insegurança alimentar nos domicílios das diferentes regiões do Brasil. *Cad Saude Publica* 2022; 38(11):e00130422.
26. Olumba CC, Olumba CN, Okpara U. Household headship, resource ownership and food security: New evidence from Southeast Nigerian cities. *Scientific African* 2023; 22:e01974.

27. Tibesigwa B, Visser M. Assessing Gender Inequality in Food Security among Small-holder Farm Households in urban and rural South Africa. *World Develop* 2016; 88:33-49.
28. Adjei-Mantey K, Kwakwa PA, Adusah-Poku F. Unraveling the effect of gender dimensions and wood fuel usage on household food security: evidence from Ghana. *Heliyon* 2022; 8(11):e11268.
29. Myers A, Painter M. Food insecurity in the United States of America: an examination of race/ethnicity and nativity. *Food Security* 2017; 9:1419-1432.
30. Yamanaka JHC, ALMEIDA, S. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019. 264 p. ISBN 978-85-98349-75-6. *Bakhtiniana* 2021; 16(3):183-189. / Eng. 187. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/49790>
31. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). *A persistente desigualdade entre negros e não negros no mercado de trabalho: boletim especial 20 de novembro, Dia da Consciência Negra*. São Paulo: DIEESE; 2022.
32. Assari S. Blacks' diminished return of education attainment on subjective health: mediating effect of income. *Brain Sci* 2018; 8(9):176.
33. Bezerra TA, Olinda RA, Pedraza DE. Insegurança alimentar no Brasil segundo diferentes cenários sociodemográficos. *Cien Saude Colet* 2017; 22(2):637-651.
34. Lignani JB, Palmeira PA, Antunes MML, Salles-Costa R. Relationship between social indicators and food insecurity: a systematic review. *Rev Bras Epidemiol* 2020; 23:e200068.
35. Moraes DC, Lopes SO, Priore SE. Indicadores de avaliação da Insegurança Alimentar e Nutricional e fatores associados: revisão sistemática. *Cien Saude Colet* 2020; 25(7):2687-2700.
36. Boudet AMM, Buitrago P, De La Briere B, Newhouse D, Matulevich ER, Scott K, Suarez-Becerra P. *Gender differences in poverty and household composition through the life-cycle*. Washington DC: World Bank Group; 2018.
37. Christensen MA. Feminization of poverty: causes and implications. In: Leal Filho W, Azul A, Brandli L, Özuyar P, Wall T, editors. *Encyclopedia of the UN Sustainable Development Goals*. Geneva: Springer; 2019; p. 1-10.
38. Germin JAL, Peres RG. Transferência de renda condicionada e o trabalho do cuidado: Uma análise do Programa Bolsa Família em 2019. *Rev Bras Estud Popul* 2021; 38:1-21:e0176
39. Piscitelli A. Gênero: a história de um conceito. In: Almeida HB, Szwako J, organizadores. *Diferenças, igualdade*. São Paulo: Berlandis & Vertecchia; 2009. p. 116-148.
40. Azevedo, AKS, Dutra, EMS. Era uma vez uma história sem história: pensando o ser mulher no Nordeste. *Pesqui Prat Psicossociais* 2019; 14(2):1-14.
41. Falci MK. Mulheres do sertão nordestino. In: Del PM, organizador. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto; 2000. p. 241-277.
42. Rios PPS, Bastos AS, Barros ER. Mulheres no semiárido brasileiro: uma história invisibilizada. *Oouricuri* 2015; 5(2):1-17.
43. Brumer A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Estud Fem* 2004; 12(1):205-227.
44. Paulilo MIS. Que feminismo é esse que nasce na horta? *Polit Soc* 2017; 15:296.
45. Siliprandi E, Cintrão R. As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). *Segur Alimentar Nutr* 2015; 18(2):13.
46. Said MA, Moreira SLS. Mulheres e agroecologia: multiplicadoras agroecológicas transformando o semiárido. In: Hora K, Macedo G, Rezende M, organizadores. *Coletânea sobre estudos rurais e gênero: Prêmio Margarida Alves*. Brasília: MDA; 2015. p. 171-190.
47. Faria MVBL, Botelho MIV, Silva EA. Programa Bolsa Família como estratégia de diversificação dos meios de vida rurais: uma experiência no sul de Minas Gerais. *Rev Econ Soc Rural* 2020; 58:e159635.
48. Bartholo L, Passos L, Fontoura N. Bolsa Família, autonomia feminina e equidade de gênero: o que indicam as pesquisas nacionais? *Cad Pagu* 2019; 55:e195525.
49. Mariano S, Souza MF. Autonomia feminina e concepções de direito entre mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família. *Em Pauta* 2019; 17(44):165-180.
50. Rego WL. Aspectos teóricos das políticas de cidadania: uma aproximação ao bolsa família. *Lua Nova* 2008; 73:147-185.
51. Segall-Corrêa AM, Marin-Leon L, Helito H, Pérez-Escamilla R, Santos LMP, Paes-Sousa R. Transferência de renda e segurança alimentar no Brasil: análise dos dados nacionais. *Rev Nutr* 2008; 21(Supl.):39s-51s.
52. Palmeira PA, Salles-Costa R, Pérez-Escamilla R. Efeitos da renda familiar e das transferências condicionais de renda na insegurança alimentar domiciliar: evidências de um estudo longitudinal no Nordeste do Brasil. *Nutr Saude Publica* 2020; 23(4):756-767.
53. Mariano SA, Carlotto CM. Aspectos diferenciais da inserção de mulheres negras no Programa Bolsa Família. *Soc Estado* 2013; 28(2):393-417.

Artigo apresentado em 08/02/2024

Aprovado em 10/07/2024

Versão final apresentada em 12/07/2024

Editores-chefes: Maria Cecília de Souza Minayo, Romeu Gomes, Antônio Augusto Moura da Silva